

Democracia influi na ação diplomática

O embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, afirma que as decisões sobre política externa já estão sendo afetadas pelo processo democrático, por isso, o Itamarati deve estar aberto ao diálogo com a sociedade civil, principalmente o Congresso, a imprensa e as universidades.

"Embora não seja o foro exclusivo da transformação dos interesses em momento da construção política, o Congresso é instância privilegiada do processo. E, neste sentido, os sinais da Nova República são claros: já se nota uma vontade de participação dos parlamentares no debate da política externa, que é nova em comparação aos padrões anteriores a março de 1985", diz o embaixador.

Em recente conferência proferida na Escola Superior de Guerra, o secretário-geral do Itamarati tratou das condicionantes da ação externa, partindo do pressuposto de que "compreender bem as ligações entre o interno e o internacional é fundamental para a ação diplomática". Segundo ele, o processo de institucionalização democrática — que será consolidado com a Constituinte — afeta a política externa em três planos: no plano da formulação; no plano dos valores que orientam a política externa e no plano da definição de possibilidades de influência brasileira no sistema internacional.

O problema da dívida externa, a defesa do comércio exterior para os calçados brasileiros e o conflito centro-americano são três questões em que se pode constatar claramente interesse da sociedade dem influir na política externa.

Com relação à América Central, "a razão do interesse — identifica o Embaixador — nasce do temor de que o sistema interamericano dê passos para trás com o restabelecimento de práticas que pareciam banidas da convivência regional". Referiu-se à escalada militar que pode levar a divisões entre os países latino-americanos prejudicando a consolidação democrática no continente.

De todo o modo, essa participação da opinião pública, diz o Embaixador, está condicionada à própria capacidade de formulação do interesse nacional, que não pode

POLÍTICA EXTERNA NA CONSTITUINTE

ser definido abstratamente, como construção de um grupo. É necessário, que haja profundo diálogo sobre a temática internacional. "O Itamarati tem o acesso a certas informações que, em muitos casos, pode ser repartida com os setores sociais interessados. Nos contatos com a imprensa, devemos ter uma ampla transparência, e realmente fornecer as informações que permitam a opinião pública formar um claro diagnóstico do sentido da ação externa", preconiza o secretário-geral do MRE.

A democratização plena também acrescenta novos contornos aos valores que orientam a política externa, afirma Paulo Tarso. Isto é "especialmente válido para as diplomacias dos países do Terceiro Mundo, que alimentam a proposta de transformação da ordem internacional no sentido de torná-la mais justa, mais igualitária, mais democrática."

Mesmo que em alguns eixos básicos do sistema internacional prevaleça a força sobre a cooperação, a proposta dos valores democráticos como base para o melhor ordenamento mundial pode desempenhar um papel estratégico. Neste sentido, apontou a adesão do Brasil à convenção sobre direitos humanos, que a prática da tortura; o engajamento nas negociações do Grupo de Cartagena (11 países devedores latino-americanos) — em busca de um tratamento político para a questão do endividamento e, a participação brasileira no grupo de apoio a Contadora que quer uma solução de paz da América Central.

Essas ações, segundo o Embaixador, demonstra claramente o sentido democrático de práticas internacionais. Além disso, "os países democráticos, porque falam uma linguagem comum e compartilham valores próximos, têm condições de escolher formas mais íntimas de cooperação internacional", diz.